

RESENHA

Pacto da Branquitude

Anderson Souza Oliveira¹

1. Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia e Relações Raciais (HUN UFPB). <https://orcid.org/0000-0003-0506-6028> **anderson.sociologo07@gmail.com**

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Maria Aparecida da Silva Bento, ou Cida Bento, nasceu na cidade de São Paulo e tem como formação o campo da Psicologia, tendo defendido sua tese em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano em 2002 na Universidade de São Paulo (USP) com o título “Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público”. Logo, a obra a ser resenhada é parte de sua pesquisa, que foi publicada em 2022 com o título “Pactos narcísicos” pela Companhia das Letras. Além de pesquisadora, ela é fundadora e conselheira do Ceert (CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES) e ativista atuante no combate à desigualdade racial e de gênero no campo do mercado de trabalho.

Apesar da obra ser dividida em 10 capítulos curtos mais a introdução e epílogo, é possível vermos uma densidade considerável de discussões sobre os inúmeros aspectos que Cida Bento discute ao longo das mais de 140 páginas do seu livro. Resgatando momentos históricos do passado, mas também fazendo elegantes paralelos com o Brasil contemporâneo, o conceito de pacto narcísico da branquitude ganha uma nova atualização epistemológica, sem perder suas características que foram pensadas em 2002, na defesa de seu doutoramento.

É possível também perceber a sensibilidade de Cida Bento ao traçar elementos do cotidiano, que muitas vezes passam despercebidos por nós, junto com a teoria étnico-racial, até porque, para ela, não é possível pensarmos o Brasil sem nos depararmos com esta interseccionalidade de gênero e classe alinhada à raça. Cida não se esquivava deste debate e reforça para a comunidade acadêmica (e além) sobre a importância desta prerrogativa.

Ao trazer debates contemporâneos e uma linguagem acessível para leitoras/es que se interessem sobre a discussão sobre branquitude, Cida Bento promove uma ampliação desta discussão que, por vezes, gira em torno apenas dos muros da Academia. Por ser do campo da Psicologia, a autora dialoga com autoras/es que debatem sobre temas como vergonha, psique, medo, rejeição e subjetividade. Já em o Pacto Narcísico (2022), observo que há uma preocupação para que a obra seja amplamente discutida por todas/os. Se este era o propósito, certamente Cida conseguiu. Isso não quer dizer que na obra, não faça referência a estudiosas/os que a antecederam e formam a base epistemológica de suas pesquisas. Há um cuidado na escrita que tem como consequência a reflexão dos problemas expostos por ela. Após 20 anos de sua defesa de doutoramento, é possível perceber a atualidade do seu problema de pesquisa que persiste nas instituições brasileiras. De fato, é uma obra que merece ser revisitada por todas/os que estudam as questões étnico-raciais e os estudos críticos da branquitude. Tanto em aspectos metodológicos, mas também de organização e de escrita.

Ainda na introdução da obra Cida Bento traçando paralelos da sua vida pessoal, a autora introduz a importância de discutir a branquitude e em específico os pactos narcísicos. Assim, começa a descrever uma conversa com o seu filho sobre uma situação corriqueira: um colega branco de seu filho ao ver um garoto negro limpando o para-brisa de um carro afirma eloquentemente que este era um descendente de escravos e começa a se questionar se também era. Bastou essa frase para que seu filho começasse a reforçar estereótipos negativos de pessoas negras, como se todos estivessem em situações de vulnerabilidade social e econômica. Através deste relato, a autora demonstra a preocupação nos discursos de pessoas brancas sobre negras que legitimam e proliferam as diferenças e hierarquias sobre os grupos raciais nas sociedades.

Atuando já como psicóloga em setores de recursos humanos, o racismo ainda a deixava desconcertada e reflexiva sobre esses constrangimentos que aconteciam nos processos seletivos de empresas. Cida Bento afirma que era visível como o preconceito racial se fazia presente nos perfis profissionais que se buscava nas empresas. Ela afirma que os cargos de prestígios eram ainda mais perceptíveis a ausência de profissionais negras/os, escancarando mais ainda o que denomina de pactos narcísicos. Para corroborar com sua tese, traz a pesquisa sobre negras e negros no Poder Judiciário realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2021 que mostra que 85,9% da/os magistradas/os do Poder Judiciário são brancas/os enquanto negras/os são 12,8%, 1,2% amarelas/os e 0,1% indígenas.

Refletindo sobre sua infância, a autora nos fala sobre os seus pais, que queriam que a vida dela e de seus irmãos fosse diferente da deles. Apesar de ser a primeira pessoa da família a concluir graduação, mestrado e doutorado e posteriormente seu irmão concluir o curso de ciências contábeis, a educação também não os livrou de situações constrangedoras. Para ela, a escola ainda não era o ambiente mais acolhedor e livre do racismo, pois nem ela, irmãos e seu próprio filho deixaram de enfrentá-lo neste espaço e por isso sentia a necessidade de poder trabalhar com instituições com foco organizacional e social. Assim, buscando essa transformação a partir deste lugar macro, Cida Bento reflete com aquilo que acredita ser uma das heranças escravocrata na história do país: a branquitude e seus privilégios afirmando que este não é um problema do negro, como foi colocado por muito tempo no campo sociológico. Mas sim, de todas/os que fazem esta sociedade. Esse privilégio é formado e permeado pelas relações de dominação no gênero, raça, classe, território e outros marcadores sociais e fixado através de um pacto, denominado pacto narcísico da branquitude.

O primeiro capítulo do livro tem como objetivo problematizar e explicar este conceito. Através de sua experiência trabalhista em organizações governamentais, sindicatos, federação de empregadores, Cida percebe que há um ponto em comum em todos esses espaços no que diz respeito às relações de raça e gênero. Até mesmo nos espaços considerados de esquerda. Um falso

discurso sobre diversidade era alicerçado por aquelas/es que faziam estas instituições. Estas tinham como cargo de liderança, majoritariamente, homens brancos. E há uma espécie de corrida entre iguais e um modelo a ser seguido que tem como fundamentação a supremacia branca e seus integrantes. “É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros” (p. 18). Através dessa metáfora, Cida deseja demonstrar que existem pactos tácitos, nem sempre visíveis, que perpetuam os privilégios de pessoas brancas e excluem todas/os aquelas/es que não fazem parte deste grupo étnico-racial-social.

Uma das motivações para tal pacto é o sentimento de medo e a constante ameaça de supressão destes privilégios. Para justificar socialmente esta ideologia racista, a ideia de meritocracia é utilizada como melhor discurso que encobre o pacto narcísico da branquitude: ora, as pessoas brancas são as mais qualificadas e bem-preparadas para estar no mercado de trabalho e posições de chefia que as pessoas negras, logo elas merecem essa posição. A culpa não recai sobre o branco, mas sim na população negra que não está devidamente preparada (p. 19). Esta vem sendo uma retórica amplamente utilizada em espaços corporativistas que não têm como princípios a diversidade. Para autora, a elite (que é branca) se considera boa e deseja perpetuar esta concepção ao longo de suas gerações. Esses grupos, então, propagam esta ideia de superioridade e justificam assim o seu não relacionamento com outros grupos sociais.

Na história do Brasil, Cida Bento descreve como estes processos não são contemporâneos, mas sim históricos e se tornaram estruturantes em nossa formação enquanto sociedade. Descendentes de escravocratas e de escravizados refletem as relações sociais que permeiam nossa vida hoje. Para a autora, há uma discussão sobre a herança da escravidão para a população negra, mas esquecemos de estudar o legado dos escravocratas e como isto impacta positivamente a vida das pessoas brancas atualmente, que negam certos privilégios em diversas instâncias sociais. Logo, o pacto da branquitude seria uma “aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo” (p. 25), ou seja, a história europeia, é positivada e tudo que é considerado anormal é descartado, para que se perpetue uma narrativa que enalteça o sujeito branco.

No capítulo 2, Cida Bento descreve o processo de introjeção mundial da ideia de que a Europa é o lugar que representa o centro de civilização mundial. A partir do tom de pele, o discurso europeu a tipologia “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos”. Destarte, as identidades de cada território e de seu povo não foi formada por eles mesmo, mas sim pelo homem branco. Assim, no processo de colonização, surge a branquitude. Baseada na diferença com o outro. África e Ásia, apesar de possuírem riquezas, foram considerados lugares de pobreza que servia apenas para extração de minérios, além de possuir mão-de-obra que seria gerenciada por diversos outros continentes. Sobre isso, a autora cita como o africano era muito mais lucrativo que o trabalhador branco. O trabalho de W.E.B. Du Bois é importante nesse momento pois salienta a interseccionalidade de raça juntamente com a classe para perceber como brancos pobres, mesmo deficientes de renda, possuem vantagens em relação ao negro pobre. Essa perspectiva em relação a população negra se tornou um discurso praticamente uníssono, não apenas nos Estados Unidos, mas também no Brasil. Através de uma retomada histórica, a partir de leis brasileiras a autora demonstra como a desigualdade social no país é estrutural.

No capítulo três, é demonstrada a perspectiva capitalista a partir do espectro racial. Através de marcadores sociais como raça e classe, territórios como o Brasil foram colonizados. Isto não quer dizer que Cida Bento acredita que este território não possui diferenças raciais e classistas. Neste momento, o exemplo que a autora enfatiza é o das comunidades quilombolas brasileiros, que foram destruídas e suas histórias omitidas da historiografia oficial. Assim a memória, que é uma construção que aproxima vínculos e legitimadora da narrativa de nossa história é demasiadamente abalada. Entretanto, para ela, organizações contemporâneas, como a Coalizão Negra por Direitos, que congrega mais de duzentas organizações negras colaboram no resgate dessa memória, além da luta política por reparação. Dessa maneira, existirá uma compactação para romper com as alianças da supremacia branca, logo, destituirá progressivamente o pacto da branquitude.

Para isso acontecer efetivamente, Cida Bento descreve no capítulo quatro de sua obra quais mecanismos (ou melhor denominando, ideologias) formam este arcabouço epistemológico, que afeta nossas vidas e subjetividades. Para

isso, ela busca os estudos frankfurtianos a fim de trabalhar o conceito de “autoridade”, haja visto que esta escola de teoria social e filosófica trabalhou com diversas pesquisas qualitativas sobre preconceitos como o antissemitismo e o conservadorismo político-econômico nos anos de 1930 a 1950. Estes estudos seriam, assim, a base teórica para se compreender os fenômenos da supremacia branca. Uma das características desta é o etnocentrismo, que é a visão unilateral sobre o outro. Assim, foi possível criar um inimigo, uma outra imagem que pudesse contrapor as ideias e subjetividades consideradas “normais”: o nós e o eles. Essa dualidade representa as diferenças que marcam a dominação de sujeitos em diversos continentes, como Brasil e África. Essa relação ainda hoje causa constrangimentos e propaga o racismo, como demonstra a partir da entrevista de um comandante da Polícia Militar de São Paulo, que afirma que a abordagem policial em bairros periféricos é diferente da dos centros elitizados. Mais uma vez vemos a afirmação do “nós” e do “eles”. Nesse sentido, Cida segue sua linha de pensamento, pensando nos “crimes de colarinho-branco”, que seriam o roubo por empresários e políticos brancos, que recebem bem menos atenção das autoridades e, muitas vezes, caem no esquecimento ou até na impunidade. O resultado é o encarceramento em massa da população negra. Buscando medidas práticas para transformar desse paradigma racista, a autora propõe uma mudança estrutural nas organizações do Judiciário: através do monitoramento dos profissionais desta área para que não aja, o que ela chama de proteção entre “iguais”, que acaba por fortalecer lideranças que pregam a violência entre os “não iguais”. Logo, a biopolítica, biopoder, a masculinidade branca e o nacionalismo aparecem não apenas como conceitos teóricos que explicam a realidade social, mas como mecanismos que atuam para que o pacto narcísico da branquitude seja gradativamente reproduzido.

Adentrando o campo de estudos sobre branquitude, o capítulo 05 mostra o estado da arte deste lócus de pesquisa. A primeira onda, encabeçada por intelectuais negros no século XIX nos Estados Unidos, quando se questionavam sobre as estruturas da supremacia branca. As obras de Du Bois são consideradas fundantes nos estudos sobre branquitude. Para o autor, esta ideologia atingiu até mesmo os trabalhadores brancos, que detinham privilégios, mesmo

sendo pertencentes às classes sociais mais baixas. Já na segunda onda, o foco dos estudos se desloca para as instituições macrosociais. Autoras/es como St. Clair Drake, Horace Cayton, James Baldiwn e Toni Morrison são as/os representantes dessa onda e uma das grandes questões levantadas por estas/es estudiosas/os é sobre como estas instituições definem quem é a/o branca/o nestes espaços.

Por fim, na terceira onda, existe um movimento da branquitude de reação contra o acesso maior de pessoas negras em espaços que antes eram frequentados por brancas/os. O ponto não é apenas estarem no mesmo ambiente, mas sim a ameaça da sua supremacia branca. O nacionalismo logo se torna uma bandeira usada para reivindicar suas pautas, assim como a vitimização. Sobre este ponto, Cida aponta que muitas vezes as pessoas brancas descrevem as vantagens de negros (apenas homens), no que diz respeito a questão sexual e utilizam esse aspecto para se vitimizarem. Para ela isso é uma estratégia que desvia a atenção para questões mais importantes como as desigualdades econômicas. Ainda sobre a terceira onda, vale salientar também como as redes sociais, no tempo presente, são importantes para propagar as ideias nacionalistas e brancas, como os casos de Jair Bolsonaro e Donald Trump, que utilizam estes canais para propagarem suas ideias racistas, sexistas e homofóbicas.

Buscando ainda traçar conexões do passado, autora reforça como as pessoas brancas, até mesmo grandes nomes como Florestan Fernandes, que é considerado um pesquisador antirracista, perpetuou a branquitude em suas obras: para ela, Florestan se deteve apenas a estudar a herança do período escravagista no Brasil, mas não os privilégios que pessoas brancas tiveram nesse período, e que se observa até hoje. Para Cida, a cegueira e silêncio foram coniventes nesse momento. Hoje, autoras/es como Lourenço Cardoso e Lia Vainer Shucman, pesquisadores brasileiros da área, nos ajudam a perceber as especificidades sobre os estudos da branquitude atualmente, tanto no campo psicológico, como também sociológico.

Para compreender estes aspectos, no capítulo seis é discutido o racismo institucional, por intermédio da pesquisa de mestrado e doutorado da autora. No primeiro momento, ela pesquisou sobre trabalhadoras/es no interior de

organizações, já no doutorado, o foco esteve nas lideranças intermediárias e profissionais de recursos humanos. Ambos os trabalhos se complementam e demonstram como o racismo afeta os ambientes corporativos e se percebem nas/s funcionárias/os que compõe o quadro de trabalhadoras/es. Para ela, há mecanismos e processos que legitimam a discriminação racial nestes ambientes. Embasada na psicologia social, seu campo de atuação, integrou no Conselho Federal de Psicologia, na Comissão de Direitos Humanos e no Conselho Regional de Psicologia em São Paulo entre outros e percebeu, algumas vezes, que até mesmo recrutadoras/es eram explicitamente racistas.

Em sua análise, isso reitera como consequência o número baixo de negras/os em postos de trabalho. O que deveria ser um espaço neutro (os processos seletivos), na verdade são carregados de preconceitos. Esta realidade piora ainda mais quando se observa quem ocupa os cargos de chefia, onde negras/os, praticamente, não ocupam este lugar. A supremacia branca, para autora, teme perder seu lugar neste espaço e muitas das vezes age com consciência para deturpar este lugar e que não haja nenhuma interferência, não alterando assim seu lugar de usurpador (p. 75). Assim, a ética no trabalho vem sendo um campo de atuação paulatinamente discutido nas empresas como uma chance de destituir este e outros pensamentos da supremacia branca. Para Cida, é preciso que se discuta nestes espaços sobre a perda de privilégios não como algo negativo, mas que possa agregar na empresa. Assim como se diversifique os quadros de funcionárias/os e outros perfis também possam ser admitidos por ela. Dentro desta realidade, o campo mais afetado são as mulheres negras que encabeçam o pior lugar da pirâmide econômica.

Aprofundando o “caso das mulheres” (p. 79), título do 7º capítulo, da obra Cida Bento demonstra a situação da mulher negra no Brasil: o perfil das diaristas domésticas concentra 68%, sendo a maior parte oriundas de família de baixa renda e com baixa escolaridade, segundo dados do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (Ipea). Adentrando este universo particular, Cida descreve diversos discursos de patrões e até mesmo do ministro brasileiro da economia, Paulo Guedes, que reforçam o racismo que estas mulheres enfrentam, e aumentou após a conquista da Lei Complementar nº 1500/2015, que equipara os direitos trabalhistas das/os empregadas/os domésticas/os.

Recuperando a trajetória de mulheres que já pesquisaram esse tema, a autora cita Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Rosa Maria Porcaro, Thereza Santos, Djmila Ribeiro entre outras. Assim, progressivamente o feminismo foi se enegrecendo a partir desta perspectiva racial no campo acadêmico. Além delas, coletivos de mulheres negras realizam diversas ações como Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, começam a pleitear gradualmente mais ações respeitadas, justas e cooperativistas. Para a autora, o assassinato da vereadora Marielle Franco marca um divisor de água “no sentido de obrigar o país como país violento, conversador, e leniente com a brutalidade cometida por parte de suas elites dirigentes” (p. 87). Dando seguimento a estes espaços de resistência, o Ceert (CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES) se coloca como uma organização não-governamental que reivindica mais direitos a toda população negra.

No capítulo 08, a história do Ceert é comentada por Cida Bento, que foi uma das fundadoras da instituição na década de 1990 na cidade de São Paulo. Apesar de pessoas negras integrarem conselhos de empresas e partições públicas era necessário que os espaços de chefia também partilhassem de pessoas negras e para isso era preciso focar atenção na educação racial destas/es trabalhadoras/es nestes espaços. Para isso, foi criada diversas metodologias a partir de cartilha e vídeos sobre a situação do trabalhador negro no Brasil para que se pudesse compreender a dimensão deste problema. Por mais que a esquerda tivesse maior aproximação com este debate, era preciso mudar a identidade de que o trabalhador brasileiro não era apenas branco e europeu. O I Seminário sobre Relações Raciais no Trabalho realizado com o apoio de diversa instituições brasileiras, marca uma fase de discussão sobre essa temática no mundo do trabalho. Por mais que Cida Bento, Ivair Augusto dos Santos e Hédio Silva Júnior (fundadora/es do Ceert) estivessem trabalhando em instituições públicas, se viu a necessidade de expandir este debate, até mesmo devido limitações que enfrentavam em partições públicas. Então, a missão do Ceert é a “defesa de direitos da população negra, a produção de conhecimentos, o desenvolvimento e a execução de projetos voltados à promoção da igualdade de raça e gênero” (p. 95), tenho como “foco de ações as relações raciais no trabalho, educação, justiça racial e juventudes negras” (p. 95).

Uma das maiores conquistas que o Ceert partilha até hoje é a inserção do marcador raça/cor na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), pois garante análises estatísticas do mercado de trabalho, além de colaborar em planejar e executar políticas públicas que diminuam a desigualdade trabalhista entre negras/os e brancas/os.

A partir do capítulo nove, a autora inicia a conclusão de seu texto pensando nos projetos de transformação brasileiros onde vai discutir sobre o conceito de diversidade e seus eventuais problemas. Para que não ocorra isso é preciso que não se pense este como algo que é diferente ou deslocado da realidade. Mas sim, algo estrutural. A diversidade faz parte da base do Brasil e por isso precisamos da sua devida atenção desde a educação infantil até o ensino superior, pensando em educação, por exemplo. A equidade é outro ponto que, para Cida, deve ser pensada paulatinamente. Seja em programas sociais, na educação ou no mercado de trabalho. Para isso é preciso que pensemos em uma política permanente de ações a partir das realidades de empresas e organizações. Mas, não apenas inserir negras/os em postos de trabalho, e sim refletir sobre os processos. Estes sim devem ser problematizados e reajustados.

A autora cita como exemplo a política de ações afirmativas, mais conhecida como cotas. Ainda no Brasil existe uma retórica muito saliente sobre o desempenho das/os alunas/os cotistas. Ela demonstra que pesquisas apontam que estudantes que utilizaram esta política pública possuem o mesmo nível de desempenho que outra/os que não utilizaram. Isso demonstra como os processos precisam ser reavaliados e repensados. Entretanto, estas mudanças tendem a mudar a hierarquia social, e muitas vezes as pessoas brancas têm medo das consequências e assim, se esquivam de assuntos como o racismo. É o que Robin DiAngelo chama de fragilidade branca: um temor que paralisa brancas/os diante sobre a discussão sobre racismo e privilégios, e consequentemente reagem com raiva, medo e culpa. Alguns pontos podem ser mensurados como características desta fragilidade como: dificuldade de pessoas brancas reconhecerem seus privilégios, o temor de enfrentar pessoas negras em situação de liderança, participar de atividades em que se discuta o racismo de forma

objetiva e até mesmo serem racializadas, algo que não é comum, pois são vistas como seres universais (Eu).

Dando maior atenção ao “momento presente” (p. 117), título do último capítulo, Cida Bento nos pede atenção para que a história da supremacia branca não se repita, além de traçar novos elementos sobre a sua abordagem dos pactos narcísicos da branquitude. Ainda acredita que estes são acordos tácitos, não formais que buscam a permanência do privilégio de pessoas brancas em todas as esferas sociais, mas que acontecem de forma variada a depender de marcadores de gênero, raça, etnia e entre outro. O mérito é uma das chaves mais utilizadas para encobri-los, de maneira, minimamente, aceitável e legitimar a história dos vencedores. Para isso, é preciso positivar a história, escondendo o que há de pior na trajetória do homem branco no Brasil. E por fim, um dos caminhos mais viáveis para destituição dos pactos são os movimentos sociais, devido sua intensa capilaridade em muitos espaços.

O epílogo: Exercitando a mudança- vidas negras importam dá continuidade ao debate sobre as transformações sociais que decorrem mundo afora, a exemplo os protestos dos Estados Unidos relacionado ao assassinato de George Floyd e o movimento Black Lives Matter. Cida aponta a necessidade veemente deste trabalho de dismantelar os pactos da branquitude a partir de ações antir-racistas coletivas, a partir do escancaramento das relações de dominações. A sua experiência no Ceert mostra que o trabalho voltado para a equidade é uma atividade as vezes pontuais e que são demandas de movimentos sociais ou quando ocorre uma situação de racismo nas empresas, mas reconhece que este deve ser cobrado cotidianamente para que possamos tensionar gradativamente no desmonte dos pactos da branquitude.

Recebido: 06/06/2022

Aceito: 14/06/2022